ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 110/2013

Prorrogação do prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito à tragédia de Camarate

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição e ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, alterada pelas Leis n.ºs 126/97, de 10 de dezembro, e 15/2007, de 3 de abril, o seguinte:

1 — Prorrogar o prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito à tragédia de Camarate por mais 90 dias.

2 — Suspender a contagem do referido prazo entre os dias 24 de julho e 1 de outubro, em consonância com os critérios fixados pela Deliberação n.º 3-PL/2013, de 14 de junho, para funcionamento das comissões parlamentares, retomando-se essa contagem a partir dessa data.

Aprovada em 5 de julho de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2013

A lei-quadro dos institutos públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, prevê a possibilidade de gozarem de regime especial, com derrogação do regime comum na estrita medida necessária à sua especificidade, os institutos públicos cujas leis orgânicas prevejam, expressamente, a existência de atribuições relacionadas com a gestão, em qualquer das suas vertentes, de programas de aplicação, de medidas programáticas, de sistemas de apoio e de ajudas ou de financiamento, suportados por fundos europeus;

O Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que procede à integração da Fundação para a Computação Científica Nacional na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.), estatui que este organismo é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, e que os membros do seu conselho diretivo são equiparados, para efeitos remuneratórios e de designação, a gestores públicos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos, estabelece que o vencimento mensal dos membros dos órgãos de direção dos institutos públicos de regime especial, nos casos em que os respetivos diplomas orgânicos determinem expressamente a aplicação do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, é fixado por despacho, devidamente fundamentado e publicado no *Diário da República*, dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelas tutelas sectoriais, atendendo à complexidade, à exigência e à responsabilidade das respetivas funções.

Tendo em consideração a prática que tem sido adotada em matéria de classificação e fixação do vencimento dos membros dos conselhos diretivos de institutos públicos de

regime especial, procede-se à aprovação da classificação atribuída à FCT, I.P., para efeitos da determinação do vencimento dos membros do respetivo conselho diretivo, por resolução do Conselho de Ministros, em vez da forma de despacho prevista, à semelhança do sucedido no âmbito das resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 34/2012, de 15 de março, e 71/2012, de 29 de agosto.

Assim:

Nos termos do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, do n.º 3 do artigo 2.º e do n.º 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Aprovar, nos termos dos números seguintes, a classificação atribuída à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.), enquanto instituto público de regime especial, nos termos conjugados da alínea *j*) do n.º 3 do artigo 48.º da lei-quadro dos institutos públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 3.º e da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, nos casos em que os respetivos diplomas orgânicos determinem expressamente a aplicação do Estatuto do Gestor Público, bem como a fundamentação para a atribuição dessa classificação.

2 - Estabelecer que a FCT, I.P., é classificada no grupo B, com fundamento nas funções cometidas ao respetivo conselho diretivo, que revestem especial complexidade, diversidade e assumem elevada responsabilidade financeira, bem como a natureza específica das atribuições cometidas a este instituto e a relevância das mesmas no contexto do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, nomeadamente:

a) No financiamento de programas e projetos de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico;

b) Na responsabilidade pelo acompanhamento da execução dos programas e projetos financiados ou cofinanciados;

c) Na gestão com eficácia de medidas programáticas e de sistemas de apoio ou financiamento, suportados por fundos nacionais e europeus;

d) Na concessão de subsídios a projetos, programas ou eventos de interesse científico e tecnológico, bem como para publicações científicas;

e) Na avaliação das atividades nacionais de ciência e tecnologia;

f) Na concessão de bolsas de estudo no país e no estrangeiro, bem como de subsídios de investigação, cofinanciados por fundos europeus;

g) Na instalação, manutenção e gestão dos meios computacionais avançados disponíveis em rede;

h) Na promoção da acessibilidade desses meios às diferentes entidades do Sistema Educativo e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional;

i) Na promoção e apoio à criação e à modernização de infraestruturas de apoio às atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, nomeadamente o desenvolvimento da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação (RCTS) e da Rede Escolar.

3 - Determinar que os vencimentos mensais ilíquidos dos membros do conselho diretivo da FCT, I.P., correspondem às percentagens do valor padrão para o grupo B, nos termos dos n.ºs 10 e 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

4 - Determinar que, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), da aplicação das regras de fixação de remuneração estabelecidas pela presente resolução não pode resultar um aumento da remuneração efetivamente paga aos membros do conselho diretivo da FCT, I.P., designados ou a designar, tendo por referência a remuneração atribuída à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações.

5 - Determinar que a remuneração dos membros do conselho diretivo da FCT, I.P., se encontra sujeita a quaisquer reduções remuneratórias que a tomem por objeto, estabelecidas por força da situação de dificuldade económica e financeira do Estado ou do PAEF.

6 - Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir do 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 11 de julho de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2013

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, aprovou a classificação das empresas públicas e das entidades públicas integradas no Serviço Nacional de Saúde para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores.

Através do Decreto-Lei n.º 69/2013, de 17 de maio, foi recentemente criado o Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., por fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., com o Hospital de Faro, E. P. E., impondo-se, em consequência, a aprovação da classificação desta nova entidade.

Importa proceder à alteração da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros de 97/2012, de 21 de novembro, no que respeita à tutela sectorial do Ministério da Saúde, aprovando a classificação do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., de acordo com os critérios definidos nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, aproveitando-se para ordenar, por ordem alfabética, a lista das entidades da tutela sectorial do Ministério da Saúde.

Assim:

Nos termos do n.º 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Alterar o anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, na parte relativa à tutela sectorial do Ministério da Saúde, que passa a ter a seguinte redação:

ANEXO

(a que se refere o n.º 1)

[...]

Tutela sectorial: Ministério da Saúde

a) [...]:

b) [...]:

	Classificação	% efetiva do valor padrão
Entidades Públicas Empresariais do Serviço Nacional de Saúde		
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar de São João, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar do Alto Ave, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E.	C	65%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E. P. E.	C	60%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E.	B	75%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E.	B	85%
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E.	B	65%
Hospital de Magalhães Lemos, E. P. E.	C	60%
Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.	B	75%
Hospital Distrital Figueira da Foz, E. P. E.	C	65%
Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E.	B	65%
Hospital Fernando da Fonseca, E. P. E.	B	85%
Hospital Garcia de Orta, E. P. E.	B	85%
Hospital Santa Maria Maior, E. P. E.	C	65%
Instituto Português Oncologia de Coimbra, E. P. E.	B	85%
Instituto Português Oncologia de Lisboa, E. P. E.	B	85%
Instituto Português Oncologia do Porto, E. P. E.	B	85%
Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.	B	65%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E.	B	65%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E.	B	75%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.	B	75%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E.	B	75%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E. P. E.	B	65%
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E.	B	65%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejo, E. P. E.	B	65%
Outras Entidades Públicas do Serviço Nacional de Saúde		
Centro Hospitalar do Oeste	B	75%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	C	65%
Centro Medicina de Reabilitação Rovisco Pais	C	60%
Hospital Arcebispo João Crisóstomo	C	55%
Hospital Dr. Francisco Zagalo	C	55%
Hospital José Luciano de Castro	C	55%
Instituto Gama Pinto	C	60%

2 - Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 18 de julho de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.